

Minilateralismo está a ganhar força, mas o fim da UE está longe de ser uma realidade

ANÁLISE A assinatura do acordo com o Mercosul será o primeiro teste do bloco em 2026 e, se falhar, a sua credibilidade ficará afetada. Analistas ouvidos pelo DN admitem que a UE tem cada vez mais dificuldades em conseguir consensos, mas que existe mais união do que parece.

TEXTO ANA MEIRELES

A União Europeia deixou transparecer de forma clara neste final de ano as suas divisões internas, ao falhar um entendimento para avançar com o empréstimo de reparações para a Ucrânia com recurso aos ativos russos congelados, mas também ao adiar a assinatura do acordo com o Mercosul, cujas negociações começaram há um quarto de século. O que já levou alguns analistas internacionais a questionarem se 2025 terá sido o início do fim do bloco e um prenúncio do que se assistirá no próximo ano. Masserá que é isso que acontecerá em 2026?

“Não, de todo. Se a UE tivesse morrido tantas vezes quantas as que prenunciaram a sua morte, só desde que eu me lembro, e não sou assim tão velho, já tem mais vidas do que um gato. Na crise do euro, a UE ia acabar a cada seis meses, às vezes menos”, aponta Alberto Cunha, professor na Universidade de Lisboa, notando que “a unidade europeia é importante, mas é natural que existam divergências, porque o que está em causa é o romper total da ordem europeia pós-1945, e é normal que, com uma ruptura dessas, já com três anos de uma guerra no Continente Europeu, haja divergências entre os principais países europeus”.

Com um prognóstico mais reservado, Bruno Cardoso Reis, professor no ISCTE, afirma que

“estes dois testes importantes foram testes parcialmente falhados e realmente colocam a questão se a União Europeia consegue sobreviver num mundo muito mais hostil aos seus interesses, à sua forma de fazer política, muito assente em regras e normas”.

Para este especialista em Assuntos Europeus, outra questão é se o bloco dos 27 consegue lidar com uma realidade em que, a par de uma Rússia muito mais agressiva, está confrontado com uns Estados Unidos claramente hostis ao processo de integração europeu, apesar de ser, a seguir aos EUA, a economia mais rica do mundo e, em despesa em Defesa, ser apenas ultrapassada também por Washington. “Numa altura em que a UE precisava de estar mais unida para lidar com blocos com poderes muito mais agressivos, muito mais hostis, muito mais agindo numa lógica de poder, a verdade é que muitas vezes parece estar a não conseguir tomar decisões rápidas, robustas, com maiorias sólidas.”

Alberto Cunha, por seu turno, sublinha estar a “tentar ver o copo meio cheio, mas a UE não vai acabar, as divisões vão persistir, mas a verdade é que, no essencial, temas como a China, até os Estados Unidos e até, em grande substância, a Ucrânia existe mais unidade do que seria de esperar”.

“Até acho que há mais unidade europeia do que poderia ser esperado há uns anos, tendo em

conta alguns dos políticos que estão no poder”, acrescenta.

Para Bruno Cardoso Reis, “a União Europeia não vai desaparecer, até por causa do euro é demasiado complicado desaparecer de um momento para o outro,



os próprios partidos mais hostis à UE já não se atrevem a fazer campanha a dizer que querem acabar com a UE”, mas “uma paralisia, uma incapacidade de agir, de reagir a acontecimentos e ameaças, isso parece-me perfeitamente possível e o próximo ano vai ser um teste muito importante”.

Um desses testes, e logo em ja-



neiro, é a assinatura, ou não, do acordo entre a UE e o Mercosul. “Se não avançar acho que a credibilidade da UE fica muito afetada numa área em que é suposto ser a área em que a UE é mais forte, o comércio internacional”, aponta o docente do ISCTE. “Temos negociações em cima da mesa com a Índia, por exemplo, ou com a Indonésia, e se este acordo não

avançar acho que tudo isso fica em risco e toda esta ideia de diversificação de relações fica em risco”.

Outro grande desafio do bloco dos 27 no próximo ano é a discussão do Quadro Financeiro Pluri-anual, o orçamento de longo prazo da UE que irá vigorar entre 2028 e 2034. “É uma questão sempre complicada, mas neste



A discussão do próximo Quadro Financeiro Pluriannual da UE, que entrará em vigor em 2028, é dos dossieres com que Ursula von der Leyen e António Costa terão de lidar no próximo ano.



O alemão Friedrich Merz, o francês Emmanuel Macron, o espanhol Pedro Sánchez e a italiana Giorgia Meloni são apontados por Bruno Cardoso Reis e Alberto Cunha como potenciais protagonistas europeus no próximo ano.

contexto será ainda mais porque temos aqui a noção de que é preciso investir muito mais em inovação, de que é preciso rearmar e investir muito mais em Defesa, onde é que se vai cortar, havendo a perspetiva de alargamento, inclusivo para países como a Ucrânia, que implicações é que isso terá na distribuição de subsídios, etc.", afirma Bruno Cardoso Reis.

Para o professor do ISCTE, estas discussões trarão à tona um outro desafio e que se está a tornar uma tendência com um peso maior entre os 27: o minilateralismo, ou seja, coligações *ad hoc* de países que partilham determinados interesses ou percepções de ameaça e que se reúnem de forma informal e avançam por si. "Acho que esta tendência será

inevitável e o próximo ano também irá mostrar isso e mostrar até que ponto é compatível com uma UE também continuar a funcionar e a ser dinâmica ou começar a competir e a corresponder a esta lógica de fragmentação."

Neste sentido, Alberto Cunha sublinha que, a não ser que haja uma grande reforma nos tratados

Olhando para a agenda da presidência de Chipre no Conselho da UE, Alberto Cunha e Bruno Cardoso Reis desvalorizam a relação com o Médio Oriente, com o primeiro a dizer que a UE está condenada à "irrelevância" na região.

uma palavra a dizer na agenda europeia e geralmente usam isso para valorizar mais as suas prioridades externas. No caso de Chipre, um país do Mediterrâneo Oriental, é normal que a questão do Médio Oriente seja especialmente relevante, incluindo as relações económicas, em particular com o motor económico, que são os petroestados do Golfo, como a Arábia Saudita, o Qatar ou os Emirados. Acho que é assim que se deve ver estas prioridades do Chipre", aponta o professor do ISCTE.

Já na opinião do docente da Universidade de Lisboa, "a UE vai continuar a tentar ter uma intervenção no Médio Oriente, mas penso que está condenada à irrelevância. E, se calhar, não é mau sinal, porque tem coisas mais importantes para tratar no seu próprio continente e nas Américas".

No que diz respeito a que protagonistas poderemos esperar dentro da União Europeia em 2026 há um nome que é apontado pelos dois especialistas ouvidos pelo DN e não pelas melhores razões: Emmanuel Macron.

"Vamos ver se ele consegue sobreviver a todas estas crises internas. Se não sobreviver seria realmente uma mudança radical na política europeia. (...) Continua a ser um ator externo bastante ativo, embora um pouco enfraquecido, vamos ver se ele consegue manter esse protagonismo", diz Bruno Cardoso Reis. "Espero que ele não seja protagonista em 2026", defende Alberto Cunha, criticando os seus "ziguezagues".

Outro nome referido pelo professor da Universidade de Lisboa é o de Friedrich Merz, notando não ser necessariamente "uma questão da personalidade ou da capacidade dele, é mais a Alemanha como um todo". "E outros dois protagonistas, penso que representando talvez duas sensibilidades diferentes da Europa, mas trabalhando ambos dentro sistema europeu, são Pedro Sánchez e Giorgia Meloni", prossegue este analista, notando que embora o espanhol esteja mais à esquerda da maioria dos socialistas da Europa e a italiana seja de extrema-direita têm vindo a aumentar a influência dos seus países. "Fala-se muito da dificuldade, e é verdade, de a UE chegar a um consenso, mas repare que conseguiu assinar um pacto das migrações em que tanto Sánchez como Meloni assinaram – é uma coisa extraordinária."

en a natureza da UE para ser mais supranacional, "a União Europeia vai continuar a ser aquilo que os 27 e os principais Estados-membros quiserem".

Seja no caso da relação com os EUA, no apoio à Ucrânia ou no rearmação do bloco "é necessário resolver esta ideia de que não é preciso um consenso absoluto, mas é preciso haver aqui uma coesão suficiente, de um grupo suficientemente relevante de países, para que a UE consiga responder com rapidez e robustez a um mundo que é muito propenso a crises, inclusive a crises armadas. Eu não sei se isso se consegue fazer no contexto da UE, se tem de se fazer nestes modelos mais de coligações *ad hoc*, de minilateralismo", alerta Bruno Cardoso Reis, que deixa um aviso a Portugal, dizendo que o nosso país tem de "perceber que estas dinâmicas existem e que ficar simplesmente à espera de ver para que lado as coisas caem, provavelmente vai levar a que acabe excluído dessas coligações que estão a ter um peso cada vez maior na política europeia".

No primeiro semestre de 2026, a presidência do Conselho da UE será ocupada por Chipre, que já deu a conhecer as suas prioridades, que passam por um bloco autónome e aberto ao mundo, com envolvimento com os EUA e também com o Reino Unido, mas também, além do apoio à Ucrânia, o investimento em Defesa, e fala ainda em Gaza e nas relações com os países do Golfo.

"Estas presidências permitem aos Estados-membros terem